Projeto de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Universidade de São Paulo

Políticas do cotidiano: uma etnografia das mulheres da Ocupação Esperança

Gabriela L. Moncau

Resumo: O projeto de mestrado busca compreender, por meio do método etnográfico, como a inserção na luta política pela moradia em uma ocupação de terra de uma grande metrópole, combinada com o engajamento relacionado às questões de gênero, atravessa o cotidiano, a forma de vida e as visões de mulheres da periferia que ali moram. O estudo de caso será na Ocupação Esperança em Osasco (SP). Privilegiando a formação discursiva das moradoras da Ocupação, a etnografia articulará as seguintes perspectivas: a) a trajetória de vida das mulheres; e b) a descida ao cotidiano da Ocupação a partir das vivências dessas mulheres. A pesquisa se amparará no trabalho de campo, em depoimentos e entrevistas recolhidos e em um levantamento bibliográfico da antropologia e campos afins.

Palavras-chave: gênero, mulheres, movimentos sociais, cidades, ocupação, marcadores sociais da diferença.

Apresentação e justificativa do tema

A Ocupação Esperança reúne atualmente cerca de 500 famílias e nasce na madrugada do dia 23 de agosto de 2013, num contexto de ebulição política em todo o país por conta das mobilizações de junho[1] que levaram milhões de pessoas às ruas por

[1] Sobre as jornadas de junho de 2013, ver Ortellado (2013), Harvey (2013) e Arantes (2014).

reivindicações relacionadas incialmente às tarifas dos transportes e reação à violência policial, e depois a pautas mais amplas como Copa do Mundo e corrupção.

Eu militava, então, no Movimento Luta Popular, que tinha sido convocado por famílias da região periférica de Osasco interessadas em se engajar na luta por moradia. Não tinham mais condições de pagar aluguel ou de viver de favor, e então um terreno particular próximo à rodovia Anhanguera – que acumulava dívidas de impostos e estava abandonado há 30 anos – foi ocupado. Eu estive presente nas reuniões preparatórias à ocupação, na entrada do terreno e, apesar de ter saído do Movimento Luta Popular em junho de 2014, sigo frequentando a Ocupação Esperança quase que semanalmente.

Entre as histórias que marcam os anos de existência da Ocupação estão idas e vindas de negociações com a justiça e as três instâncias governamentais, conflitos internos e externos, diferentes formas organizativas (em comissões, setores, mutirões, coordenação, chegando ao formato atual que é de Associação de Moradores), manifestações e travamentos de rodovia, um incêndio de imensas proporções que reduziu a pó cerca de 40% dos "barracos"[2] e a reconstrução já com um planejamento de bairro. Mas entre tantos aspectos, destaco a organização das mulheres da Ocupação Esperança. Desde outubro de 2013 mulheres se encontram em reuniões para discutir assuntos relacionados a desigualdades de gênero, violência, saúde da mulher e histórias de vida, por meio, fundamentalmente, de conversas em roda e dinâmicas teatrais e musicais.

As reuniões das mulheres da Esperança foram semanais por aproximadamente três anos e desde o segundo semestre de 2016 acontecem com uma frequência menor e não fixa. Eu acompanhei, registrei e estive envolvida em todo esse processo, de forma que tenho vínculo e contato cotidiano com muitas mulheres da Esperança. Essa aproximação com as interlocutoras da pesquisa permite o fácil acesso ao campo e estimula que as entrevistas e vivências transcendam discursos políticos prontos.

O fato da minha vivência em campo anteceder o exercício da análise antropológica que me proponho a fazer pode ser visto também como algo positivo na

[2] Sobre o incêndio que aconteceu em 13 de setembro de 2016 e a reorganização da ocupação, ver o vídeo *Ocupação Esperança pós incêndio – o que o fogo não queima* (Moncau, 2016).

medida em que me afasto do risco de fazer a pesquisa de campo com um olhar moldado a encaixar os dados em alguma análise teórica pré-concebida. Ao contrário, usarei a teoria à luz das realidades observadas em campo.

A Ocupação Esperança se insere em um cenário urbano de enorme déficit habitacional. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015 aponta crescimento anual de cerca de 30% dos lares afetados pelo alto comprometimento da renda com pagamento do aluguel. Além das 3,8 milhões de moradias que têm esse problema no Brasil, o estudo mostra que entre 2013 e 2015 houve redução de quase 400 mil unidades na produção de novas habitações.

A vida urbana é, para David Harvey, central tanto para compreender o atual funcionamento do capitalismo quanto as reações a ele. As crises econômicas e estruturais por quais o capitalismo passa são, em suas palavras, "mais urbanas que nunca" (Harvey, 2014, p. 112). A urbanização do capital, processo pelo qual as cidades funcionam como um meio fundamental para a absorção de excedentes de capital e de trabalho, pressupõe, em sua visão, a capacidade das classes abastadas de dominar o processo urbano, o que implica a dominação não apenas sobre os aparelhos de Estado, "como também sobre populações inteiras – seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo" (Harvey, 2014, p. 133). Nunca se chega, no entanto, a esse nível de controle: a cidade e o processo urbano que a produz estão sempre em disputa.

A intricada trama da vida urbana enfrenta constantemente "todo tipo de fissuras, inseguranças e desenvolvimentos geográficos diferentes", expõe Harvey: "como ouvimos em uma canção de Leonard Cohen, essas fissuras são 'aquilo que deixa a luz entrar'" (Harvey, 2014, p. 60).

Dentro deste contexto, a pesquisa etnográfica analisará o cotidiano das mulheres da Ocupação de forma a registrar os modos pelos quais os sujeitos percebem suas relações e as suas condições de existência. A partir da descida ao cotidiano (Das, 2007) a análise etnográfica privilegiará as categorias nativas a fim de responder a seguinte pergunta: **Como a inserção na luta política pela moradia em uma ocupação de terra de uma grande metrópole, combinada com o engajamento relacionado às questões de gênero, atravessa o cotidiano, a forma de vida e as visões de mulheres da periferia que ali moram?**

A partir dessa pergunta, tenho duas hipóteses que pretendo investigar na dissertação. A primeira é de que o cotidiano e o engajamento político dessas mulheres é atravessado por características e heranças de movimentos políticos das décadas anteriores (Dias de Andrade, 2010; Caldeira, 1984) mas também influenciado por uma mudança de paradigma que aconteceu a partir das jornadas de junho de 2013 (Arantes, 2014).

A segunda hipótese é de que as mulheres da Ocupação Esperança percebem e vivem as relações de gênero a partir de um posicionamento contra "o machismo" – como dizem elas – e desenvolvem formas de lidar com ele por meio de certos códigos que concomitantemente se aproximam e se afastam de discursos feministas. Para dar um exemplo: suspeito que as relações de solidariedade entre as mulheres – apesar de estarem atravessadas por ideias que defendem a união entre as mulheres contra a opressão – estão mais baseadas em relações de parentesco e de comadrio do que em uma irmandade ou identidade do sujeito mulher.

Privilegiando a formação discursiva das moradoras da Ocupação, a etnografia tentará responder a pergunta norteadora a partir das seguintes perspectivas: a) a trajetória de vida das mulheres (a rede de relações, práticas, discursos e histórias que levaram essas mulheres da periferia a estarem ali); e b) a análise do cotidiano das mulheres inseridas nessa ocupação de terra, a fim de averiguar a existência ou não de uma identidade comum a elas e mais do que isso, como se dá o atravessamento de debates relacionados à igualdade de gênero, direito à cidade e sociedade dentro das suas formas de vida e relações no dia a dia. A relação entre essas duas perspectivas pretende trazer luz à forma como as marcas "da caminhada"[3] dessas mulheres foram incorporadas na estrutura das suas relações e experiências. Minha vivência em campo indica que a etnografia trará dados a respeito de temas em constante ressignificação e pertinentes ao campo acadêmico tais como desigualdades de gênero e relações com o Estado.

Revisão Bibliográfica

A identidade, afirma Manuela Carneiro da Cunha, é construída de forma situacional e contrastiva e, portanto, se constitui enquanto "resposta política a uma

[3] Expressão nativa, se refere à trajetória.

conjuntura, resposta *articulada* com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferenças" (Carneiro da Cunha, 1985, p. 206). Nessa perspectiva, de que forma e em resposta a que as interlocutoras dessa pesquisa se entendem enquanto mulheres, enquanto mulheres engajadas em uma luta por transformação, ou melhor, enquanto "guerreiras", como elas dizem?

Judith Butler, em *Problemas de gênero*[4], recusa a ideia de estabilidade de gênero. Questionando a construção cultural de gênero e a ideia de "mulher" como sujeito do feminino, a autora afirma que a identidade "mulher" produz o sujeito que representa. Se não existe um corpo significante ao qual seria inserido o significado, como e onde acontece, então, a construção de gênero? De acordo com Butler, existe a inscrição de uma lei no corpo. E todo gênero é uma paródia, algo fantasístico. O sujeito é, então, a consequência do discurso, não a causa dele. A performatividade é a repetição dessas normas sociais que impõe as identidades de gênero. As noções de gênero, apesar de serem naturalizadas e aparentemente fixas, são uma representação (Butler, 2015).

Assim, Butler questiona a construção de uma ideia de "mulher" feita por movimentos feministas. Ao reivindicar uma identidade, a própria imagem de "mulher" constrange quem está representando. Butler argumenta que o feminismo precisou inventar o sujeito mulher para falar de uma opressão universal. Mas a opressão, segundo ela, não é igual. Resulta impossível, em suas palavras, separar "as noções de 'gênero' das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida" (Butler, 2015, p. 21).

Tomando em conta a perspectiva de Butler de que os sujeitos são constituídos – em constante processo – no jogo relacional, o estudo de caso na Ocupação Esperança lançará mão de análises comparadas inter-relacionando categorias de raça, gênero, sexo, idade e classe tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social como da constituição de corpos e identidades coletivas. Como aponta Brah (2006), as opressões sociais não se somam, mas se articulam: estão inscritas dentro das outras, são constituídas umas pelas outras e constitutivas delas.

[4] Publicado originalmente em 1990.

Bonetti (2003) se refere ao campo do político como uma esfera que diz respeito ao cultural, ao simbólico e às relações de poder e gênero que ali constantemente se reconfiguram. Inspirando-se em Joan Scott, Bonetti afirma que gênero implica na atribuição de valores culturais e diferenças percebidas, "as quais significam disputas e poder sobre a definição do que pode ser culturalmente considerado legítimo e autorizado". Assim, "a disputa de poder atribui ao conjunto social significados de gênero" (Bonetti, 2003, p. 185).

A respeito das disputas de poder (que são, portanto, sempre atravessadas pelos significados de gênero) e das relações de movimentos populares com o Estado, Carlos Filadelfo de Aquino, em uma etnografia sobre o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), resgata os alertas de Ruth Cardoso (1984 apud Aquino, 2008, p. 169) ao salientar que as relações entre movimentos sociais urbanos e as instâncias estatais são multifacetadas. A crítica de Cardoso, corroborada por Filadelfo, é ao tratamento feito pelos cientistas a respeito dos movimentos, vistos como dinâmicos, heterogêneos e reativos ao autoritarismo e a incompetência dos governos, deixando de lado a análise sobre a atuação do Estado, que, assim como os movimentos, não tem uma configuração fixa. Filadelfo salienta que as relações entre Estado e movimentos adquirem "uma contínua configuração de oposição e composição entre os dois segmentos, que deve ser apreendida etnograficamente de maneira processual e não num aparente equilíbrio" (Aquino, 2008, p. 57, 58).

Ordens judiciais, confrontos com a polícia e a criminalização dos movimentos são exemplos dados por Inácio Dias em sua etnografia sobre a Ocupação do Pinheirinho ao ressaltar que é inegável a existência do peso e da força da lei e das instituições na relação conflituosa com os movimentos sociais, e que essa não deve ser "relativizada *ad infinitum*". A brutal desocupação do Pinheirinho em 2012 não lhe deixa mentir[5]. No entanto, na mesma toada de Filadelfo, Dias demonstra que considerar os espaços institucionais como esferas lacradas e fixas pode levar à "desconsideração dos próprios esforços desses mesmos movimentos que, por meio de muito 'luta'", conquistaram direitos e espaços dentro e fora do aparato institucional (Dias de Andrade, 2010, p. 152).

De acordo com Feltran (2008), aos integrantes de movimentos sociais

[5] Sobre a reintegração de posse do Pinheirinho em janeiro de 2012, ver Dias de Andrade (2013).

urbanos,

> como sujeitos sempre expostos à desqualificação e repressão pelos discursos dominantes, não lhes é possível dedicar-se exclusivamente aos trabalhos de base e esperar o tempo político da grande transformação; nem lhes é permitida apenas a tentativa de ocupação de canais de relação com o Estado, com partido ou políticas públicas, como se fossem eles próprios os governantes; nem tampouco podem focar-se apenas nas ações diretas de confronto, que fundam espaços de locução renovados, porém efêmeros. A luta política destes movimentos parece se situar, hoje, necessariamente entre todas estas esferas. No trânsito entre elas é que a construção política destes atores parece poder romper com os constrangimentos que, de um lado, tentam restringir os movimentos sociais ao mundo privado e, de outro, aprisionar em um simulacro de mundo público, fundado pelos mesmos mecanismos pelos quais a vida civil tem se despolitizado (Feltran, 2008, p.145).

É sob essa perspectiva, conflitiva mas não estanque, que pretendo jogar luz às percepções que as mulheres da Ocupação têm a respeito de como suas vidas e lutas são perpassadas pelas tramas do Estado.

Vianna e Farias (2011) acrescentam, ainda, como a própria representação contemporânea do Estado é constituída por e constituinte de relações de gênero. Ao analisarem o discurso de mulheres cujos filhos foram assassinados pela polícia no Rio de Janeiro, chamam a atenção para a forma como essa "ideia-ente 'o Estado' é, antes de qualquer coisa, masculina" (Vianna; Farias, 2011, p. 93). Se o mito do contrato social é também um contrato sexual, "com implicações distintas em relação à gerência e à produção da violência no âmbito doméstico e no privado", destacam: "podemos pensar que estamos diante de jogos de poder entrecruzados" (Vianna; Farias, 2011, p. 94).

A pesquisa descreverá, dentro das experiências de vida de moradoras da Ocupação Esperança, como a resistência acontece nos tentáculos da vida cotidiana e se desdobra no ordinário, no comum (Das, 2007).

A atenção ao cotidiano está, na perspectiva de Veena Das (2007, p. 6, 7), enraizada no entendimento de que as relações requerem foco aos mais comuns objetos e eventos, apesar de muitas vezes o impulso teórico pensar na agência em termos de escapar ao ordinário ao invés de descer até ele. Na visão da antropóloga indiana a literatura científica comumente entende as agências num binarismo entre passividade e certo tipo heroico de resistência. A descida ao cotidiano, argumenta Das,

complexifica essa perspectiva dicotômica. Para ela, o poder e a resistência se relacionam de forma muito próxima: se entrelaçam, unidos da mesma forma em que lei e transgressão se unem. O modelo poder-resistência é cru, aponta, para entender o delicado trabalho de se auto-criar (Das, 2007, p. 78).

O lugar privilegiado atribuído ao cotidiano em *Life and words* (2007) enseja interessantes indagações trazidas por Das. Como que eventos violentos que irrompem na vida social se manifestam no dia a dia? De que forma as mulheres – que são em sua etnografia os principais atores dos processos pesquisados (a Partição da Índia em 1947 e o assassinato de Indira Gandhi em 1984) – reconstroem o cotidiano como forma de resistir à violência? Como sintetiza Pereira (2010, p. 358),

> A busca geral da antropóloga é verificar como se estabelecem as relações sociais nesses eventos críticos (1995), de que forma o gênero é acionado como uma gramática que autoriza a violência (2007), qual o papel desempenhado pelo Estado (Das e Poole, 2004), qual o *status* das vítimas e sua capacidade de resistência, em que condições ocorrem os testemunhos e o que podem revelar (1995; 2007), entre outros. *Life and Words* persiste nessas indagações, propondo, no entanto, um novo e importante foco: averiguar como a violência desce ao cotidiano.

No cotidiano da Ocupação Esperança tentarei descrever como se abrem e fecham as diferentes formas de fissuras nesse tecido social constituído por opressões que essas mulheres afirmam combater – como demonstra a fala de Dona Josefa. "Quem tem sempre quer bater em quem não tem. Nós nunca temos a razão. Somos baderneiros, bagunceiro. Não é isso", explica a moradora da Ocupação, em entrevista concedida a mim para um minidocumentário[6]: "Porque tem o grande, o médio e o pequeno, que somos nós. Que vive lutando com menos de um salário mínimo. São três coisas que a gente é muito discriminada: pobre, analfabeta e mulher. É nossa vida, minha filha. Mas não podemos esmorecer".

Assim, tomo emprestada a definição de fissura de Holloway, como uma categoria útil para pensar justamente esse algo entre a dicotomia poder-resistência (Das, 2007, p. 78) que se manifesta no todo dia dessas mulheres.

[6] *Mulheres da Esperança* (Moncau, 2014).

> A abertura de fissuras é (...) a tentativa de romper as aparências de um mundo de coisas e forças incontroláveis para entender o mundo em termos do poder do fazer humano. (...) O método da fissura é o método da crise: queremos entender a parede não a partir de sua solidez, mas de suas fissuras; queremos entender o capitalismo não como dominação, mas a partir da perspectiva de sua crise, suas contradições, suas fraquezas (...). Isto é a teoria da crise, teoria crítica. Teoria crítica, ou teoria da crise, é a teoria de nossa inadequação. (Holloway, 2013, p. 12,13).

Buscarei compreender como a zona do cotidiano para essas mulheres forja uma continuidade de esperança de outro mundo naquele espaço, e, nessa realidade observada, quais categorias simbólicas explicam a atuação dos sujeitos no contexto social. John Holloway destaca a importância de "não romantizar estas fissuras, ou atribuir-lhes uma força positiva que não possuem":

> Mas é aqui que começamos: a partir das fissuras, das rachaduras, dos rasgos, dos espaços de rebelde negação-e-criação. Começamos do particular, não da totalidade. Começamos a partir do mundo da inadequação, a partir da multiplicidade de rebeldias particulares, dignidades, fissuras, não da grande Luta unificada que simplesmente não existe, nem a partir do sistema de dominação. (...) Este é seguramente o único ponto da teoria que ainda resta (Holloway, 2013, p. 22, 23).

No ensaio *Famílias e relações de parentesco – contribuições antropológicas*, Buarque de Almeida (2004), chama atenção para o fato de que, diferente da ideia de senso comum da família enquanto nuclear e monogâmica, as relações de parentesco são um fenômeno social complexo no Brasil contemporâneo. Ademais, a antropóloga enfatiza o necessário cuidado na pesquisa de campo que mergulha nos ambientes domésticos e nas relações de parentesco – destaco também que principalmente em etnografias como a que aqui se pretende, que centram o foco nas mulheres – para não reproduzir outra dimensão do discurso tradicional: a "feminilização" do espaço doméstico (Almeida, 2004, p. 9).

Almeida traz, ainda, valiosas constatações sobre a questão do conflito e da violência. Contestando a perspectiva que trata do conflito como uma anomia de uma sociedade supostamente harmônica em que os papéis e as estruturas sociais se complementariam, Almeida atesta que é preciso pensar na violência à luz das desigualdades entre classes, grupos étnicos e gêneros, como algo que compõe a

sociedade brasileira – contexto no qual as famílias se inserem. A família e o cotidiano do arranjo doméstico, portanto, não são apenas o lugar do afeto: são "também o lugar em que se expressam e se destacam os conflitos – entre homens e mulheres, entre pais e filhos, entre parentes consanguíneos e afins" (Almeida, 2004, p. 14). O cotidiano e as vivências dentro e fora de casa fornecem, portanto, uma matriz discursiva – discurso esse que, como evidenciou Das (2007), pode ser mostrado inclusive por meio do silêncio – que subsidia meios interpretativos para a análise antropológica.

Estado da questão

A dissertação de Dias de Andrade é útil para a contextualização tanto do cenário em que a Ocupação Esperança se localiza do ponto de vista da conjuntura política e social quanto do cenário em que essa proposta etnográfica se insere, na esteira de tantos outros trabalhos antropológicos e de áreas afins – como Caldeira (1984); Almeida (2004); Feltran (2005, 2008); Fonseca (2000); Telles (2010), – que há décadas trazem fundamentais contribuições científicas para questões relacionadas a gênero, movimentos urbanos, periferia, cidade e ocupações de terra.

Dias traça um panorama histórico dos estudos antropológicos e sociológicos sobre classes populares, movimentos sociais e cidades dos anos 1970, 1980 e 1990 e refuta, a partir da sua etnografia, a ideia de uma espécie de falência da política que teria se constituído nos anos 1990 com o neoliberalismo, a constituição de ideias de cidadania, a proliferação e legitimidade social de ONGs e a institucionalização de lutas políticas. Se por um lado muitos anos nos separam do início desse grande ciclo de mobilização descrito a partir da luta contra a ditadura militar, por outro, ele pondera, "categorias conceituais formadas por todos esses movimentos ainda podem ajudar a esclarecer esse período 'cinzento' (Telles, 2006, p. 53) em que adentramos" (Dias de Andrade, 2010, p. 163).

Fernandes (1994, apud Dias de Andrade, 2010, p. 33) caracteriza as diversas décadas com palavras-chave explicativas para ilustrar os temas em voga no debate político que nos antecede. Nos anos 1970, sob o regime ditatorial, estavam no auge as palavras "comunidade" e "movimentos sociais", nos anos 1980 ouvia-se "sociedade civil" e "cidadania" e na década de 1990, "sem fins lucrativos" e "não governamental".

Avançando, então, para os anos 2000, passamos a viver no Brasil o que Arantes (2014) chama de "pacificação contrainsurgente": um consenso entre governantes e governados – incluindo as diferentes classes sociais – num sentimento comum de crise emergencial que demanda uma drástica salvação. Trata-se, na visão do filósofo, de uma combinação entre o *Welfare* e o *Warfare State*, numa perspectiva de guerra mas não de vencer batalhas e sim de pacificar populações, em torno de ideias relacionadas a "boa governança", "segurança pública" e "desenvolvimento econômico". A ideia de "trabalho social", já legitimada pelo terceiro setor na década anterior, cumpre um papel de contrainsurgência repaginado como política pública: a política da pacificação. A polícia – e o caso do Rio de Janeiro é o mais evidente – tornou-se a porta de entrada para o "mercado da cidadania" (Arantes, 2014, p. 367, 368).

Mas se há uma política de contrainsurgência, qual insurgência ela combate? Contrariando o discurso dos governos e dos jornais, Arantes argumenta que não é o tráfico que se quer de fato combater com a militarização das periferias. O alvo seria a "'geração perdida' da população favelada": "aqueles moradores que viveram décadas sob o controle do tráfico e a informalidade dos serviços via de regra providos por fontes piratas" (Arantes, 2014, p. 369, 370). Pacificá-los significa quebrar sua potencial insurgência[7].

Referindo-se a definições feitas por James Holston, Arantes (2014, p. 380) caracteriza as cidadanias entrincheirada, insurgente, e regulada. A primeira é burocratizada e institucional. A segunda ganhou força na década de 1970 com a autoconstrução das periferias, produzindo experiências de construção da casa por conta própria, de julgamentos estéticos e de organização de movimentos: "uma cidadania insurgente que desestabiliza o entrincheirado" (Holston, 2013, p. 29).

Para Holston, as classes trabalhadoras no Brasil e no mundo se tornaram novos cidadãos urbanos não por meio de lutas trabalhistas, mas pelas lutas pela cidade. "Até que o Estado e o complexo imobiliário-financeiro entraram em campo dispostos a enfrentar, como se diz, o déficit habitacional, encerrando o ciclo épico da cidadania insurgente" (Arantes, 2014, p. 385).

[7] Insurgência é entendida por Arantes na definição de James Holston (2013), como contrapolítica, ação na contramão, que desestabiliza o presente (Arantes, 2014, p. 379).

Esse modelo de cidadania insurgente foi suplantado por um novo regime de cidadania regulada, "totalmente administrada". Uma "onda participativa-governativa" acabou orientando "'a ação direta da desobediência civil' (o ciclo das ocupações) na direção da prática responsável de quem faz estatutos e participa de conselhos (o ciclo das leis)" (Arantes, 2014, p. 386, 387).

Mas aí veio junho de 2013.

> A novidade da conjuntura resultaria precisamente não da persistência do antigo e recorrente impulso antagonista, mas do choque, na intensidade que se viu, entre os dois regimes de cidadania, o insurgente e o entrincheirado (Arantes, 2014, p. 387).

A insurgência de junho veio preencher o vazio da doutrina contrainsurgente da pacificação. Tomo como pressuposto – a pesquisa responderá se se confirma – não ter sido coincidência a Ocupação Esperança surgir no ambiente político de junho de 2013. De que modo se relaciona a cidadania insurgente que se refez e foi para as ruas em junho e essa, que "caiu pra dentro"[8] das ocupações?

> E pouco importa se a campanha de rua para barrar o aumento das tarifas no transporte público, ou [...] o fogo de barragem dirigido contra as bolhas de exceção da FIFA, jamais cogitaram visar e minar a paz dos pacificadores das favelas: a linha imaginária e paranoica ligando tais pontos vinha confirmar (...) uma desconfiança pesada e jamais formulada de que as UPPs talvez não fossem bem a ansiada 'fórmula mágica da paz' enaltecida pelos seus idealizadores. (Arantes, 2014, p. 364).

É possível ver uma relação entre esse aspecto cotidiano da vida que Das defende ser importante observar antropologicamente, propondo um olhar que entrelace as concepções de poder e resistência, com a forma em que Arantes descreve o que foram os atos de junho: "profanações cometidas por gente sem nome que nem está pedindo para sair nem aceitando as porradas da vida" (Arantes, 2014, p. 400).

> "O simples gesto – por assim dizer, já que é o mais difícil de todos – de profanar um dispositivo de captura da livre circulação numa cidade segregada pela distribuição das funções do capital, libera uma carga de energia utópica que parece muito longe de esgotada (...). A imensa novidade é que ela dessa vez não se dissolveu no ar". (Arantes, 2014, p. 414).

[8] Expressão nativa.

"Eu nem voto mais. Porque é muita mentira, muita enganação. A gente vê, principalmente nós que tamo na luta, que trabalha...", afirma Naná, moradora da Ocupação Esperança. "Então pra mim, minha irmãzinha, vamo tirar esses político fora, fica só nós andando pelas nossas pernas, ta bom, livres. Nós mesmo faz a política"[9]. Se essa "novidade" a que se refere Arantes não se dissolveu no ar, de que forma ela desceu ao cotidiano de mulheres como Naná?

Com o diferencial do olhar com foco nas mulheres e nas relações cotidianas sob um contexto pós junho de 2013, a pesquisa parte de uma perspectiva consoante com a de Inácio Dias de que sair das binaridades para refletir sobre a complexidade urbana não nos obriga a abandonar os quadros conceituais passados. Até porque, argumenta ele, "as próprias classes populares não o fazem por completo" (2010, p. 165).

A partir da análise de noções como a de "trabalhador", presente no vocabulário de seus interlocutores, Dias defende que é nessa maleabilidade semântica que a política pode nascer, "dentro de um jogo de institucionalização, disputa de significado e diferenciação cotidiana do sujeito dos direitos", numa zona potencialmente incerta e fluida, "mas redefinida a cada momento pelos termos mobilizados por essas pessoas" (Dias de Andrade, 2010, p. 165).

Inspirações teórico-metodológicas

Dias de Andrade (2010, p. 47) constatou que a política e o cotidiano dos moradores da ocupação por ele etnografada estavam indissociavelmente entrelaçados. Assim reiterou que sua pesquisa explicita o embaralhamento de categorias do cotidiano tidas como fixas e binárias tais como público e privado, lícito e ilícito, formal e informal (2010, p. 87).

Tomo Scott (1991) como referência para ao pensar que a análise das experiências das mulheres da Ocupação passará por buscar entender não apenas seus modos de vida e visões a respeito do que é ser mulher, periférica, lutando por moradia, etc., mas também como essas percepções são construídas. Joan Scott critica

[9] Caderno de campo, 2 de abril de 2017.

a ideia da experiência como prova incontestável da verdade – "o que afinal de contas poderia ser mais verdadeiro do que o relato da própria pessoa a respeito do assunto que ela vivenciou?" (Scott, 1991, p. 301) – defendendo que pesquisadores não devem se contentar em dar visibilidade às experiências e evidenciar as diferenças da nossa sociedade, mas também analisar como as diferenças são estabelecidas, o que elas operam, como e de que maneira constituem sujeitos que veem e atuam no mundo.

Para Scott (1991, p. 303), as histórias das pessoas aparecem, por meio do relato das suas experiências, de uma forma na qual as categorias que as acompanham comumente surgem como se fossem a-históricas. "Desejo, homossexualidade, heterossexualidade, feminilidade, masculinidade, sexo, e mesmo práticas sexuais tornam-se de tal modo entidades fixas, vivenciadas através do tempo, mas que não são em si próprias historicizadas". A historiadora defende que "não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência" (1991, p. 304). A experiência, no entendimento de Scott, é a história de um sujeito. A linguagem é o campo no qual a história se constitui (Scott, 1991: 320). Esse trabalho etnográfico não pretende separar as duas coisas.

A etnografia enquanto método foi fundada na procura por compreender outras maneiras de ser, ver e estar no mundo, na busca por alteridades. Ao defender a importância também dos estudos antropológicos cujos etnógrafos não vão para longe na busca de "povos exóticos" – e de como estes estudos também se sustentam nas bases do método etnográfico – Fonseca afirma que

> relativizar as práticas de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos. Nossa abordagem não deve ser confundida com um relativismo simplista. Procurar compreender certas dinâmicas não significa louvá-las, nem advogar sua preservação. Significa, antes, olhar de forma realista para as diferenças culturais que existem no seio da sociedade de classe — sejam elas de classe, gênero, etnia ou geração (Fonseca, 2000, p. 9).

Em 1986, período do fim da ditadura militar brasileira, Eunice Durham apontava que a antropologia, historicamente marginalizada nas ciências sociais, ganhava prestígio. Setores e temas aos quais antropólogos historicamente já dedicavam seus estudos mas que eram periféricos "à grande arena das lutas políticas" – família, religião, folclore, etc. – emergiam então como novos atores políticos

(Durham, 2004, p. 18). Apesar de ver a novidade como positiva, Durham argumenta que a transformação da natureza do trabalho de campo aconteceu sem uma merecida reflexão teórica e metodológica, incorrendo em "deslizes semânticos" embutidos no processo de identificação subjetiva com as populações estudadas (Durham, 2004, p. 33). "Estamos passando da observação participante para a participação observante", provocou (Durham, 2004, p. 27).

O alerta de Durham é quanto ao risco de pesquisadores passarem a explicar a sociedade por meio de "categorias 'nativas' em vez de explicar essas categorias através da análise antropológica" (Durham, 2004, p. 33). A fragmentação e complexidade da nossa sociedade não podem ser recuperados, na visão da antropóloga, a partir dos grupos estudados, "porque estão fora de seu horizonte de informação e de sua experiência direta": "A sociedade, obscura aos nossos interlocutores, torna-se obscura para o próprio antropólogo" (Durham, 2004, p. 33).

A pesquisa que aqui se pretende parte de outra perspectiva. Compartilho do pressuposto exposto por Gabriel Feltran em aula ministrada em vídeo para a seção "Conversas Metodológicas" de que todas as pessoas são competentes e relevantes do ponto de vista de produção de conhecimento. "A experiência é a dimensão fundante do conhecimento" defende Feltran, ao argumentar que os saberes construídos a partir de nossa experiência acadêmica não são epistemologicamente superiores aos saberes construídos na experiência de uma pessoa em situação de rua (Oliveira; Rodrigues, 2016).

A sociedade não é obscura, portanto, nem aos interlocutores, nem aos antropólogos que os pesquisam. Se o mundo é complexo e fragmentado, ele o é tanto aos meus olhos quanto aos das mulheres da Ocupação Esperança. Isso não significa que nossas experiências e saberes são os mesmos, nem que uma identificação subjetiva fará com que a interpretação científica feita a partir da pesquisa etnográfica seja anulada. Ao contrário, a partir da experiência de alteridade do trabalho de campo, em que diferentes e válidas formas de pensar o mundo se encontram, é que se produzirá o conhecimento antropológico.

Cardoso parte de crítica similar à de Durham, chamando a atenção para o risco de que a pesquisa se reduza à denúncia e o pesquisador, em porta-voz do grupo estudado:

> Negamos a neutralidade do pesquisador, apoiamos com entusiasmo seu compromisso com o grupo estudado mas continuamos a conceber "os dados" como formas objetivas com existência própria e independente dos autores (Cardoso, 2004, p. 99).

A antropóloga, no entanto, ao invés de externar preocupação com uma identificação subjetiva entre pesquisador e população estudada, ressalta a importância deste encontro. O conhecimento produzido ali "está na descoberta de alguma coisa que não foi compartilhada e não – como quer a noção usual de empatia – na comunhão" (Cardoso, 2004, p. 103).

Também em um debate sobre a posição do antropólogo frente às atualizações do método do trabalho de campo canonizado por Malinowski (1976), Bruce Albert destaca duas obrigações políticas e éticas eludidas pela etnografia clássica mas inquestionáveis na atualidade. Pensando primordialmente no trabalho etnográfico com povos indígenas, mas sendo essas "obrigações políticas e éticas" válidas também para pesquisas como a que se pretende aqui, Albert enfatiza, por um lado, as responsabilidades dos antropólogos em seus trabalhos com as pessoas que eram tradicionalmente apenas os "objetos" de seus estudos. Por outro, a responsabilidade que o seu conhecimento implica nas estratégias de resistência desses povos em relação às políticas discriminatórias e despojadoras dos Estados-nação dominantes (Albert, 1997, p. 56).

Não é possível, a partir dessa transformação dos parâmetros do trabalho de campo tradicional, ignorar o fato de que a observação antropológica está inscrita em um contexto histórico e político no qual muitas vezes a sociedade observada é direta ou indiretamente submetida à sociedade do observador. Longe disso criar uma situação em que a validade científica da antropologia estaria condenada, na visão de Albert o engajamento social do etnógrafo claramente se torna um explícito e constituinte elemento do seu relacionamento etnográfico. A "observação" do antropólogo, para ele, não é mais meramente "participante"; sua "participação" social se tornou condição e estrutura da sua pesquisa de campo (Albert, 1997, p. 58).

A respeito da autonomia intelectual do pesquisador, Bruce Albert (1997, p. 59) sustenta que, qualquer que seja a simpatia do etnógrafo pelas lutas do grupo que pesquisa, isso não implica em um acordo para limitar o exercício da antropologia a

uma mera reprodução apologética do discurso de seus interlocutores, o que levaria a uma completa renúncia de qualquer iniciativa acadêmica.

A partir dessas inspirações teórico-metodológicas, esta etnografia se amparará na observação participante e no trabalho de campo. Somando-se ao recolhimento de depoimentos e entrevistas semiestruturadas, o registro de campo se apoiará não só nas falas das e dos moradores da Ocupação mas também na lógica da vida cotidiana inscrita no fluxo de comportamentos. A partir do material coletado em campo e privilegiando os saberes e discursos dos sujeitos no cotidiano, a dissertação tomará como base um levantamento bibliográfico de análises antropológicas e campos afins.

Como materiais de campo já coletados, tenho centenas de fotografias e dezenas de horas de gravação em vídeo com entrevistas, registros do cotidiano na Ocupação, assembleias, reuniões das mulheres e manifestações – desde a entrada no terreno em 2013 até os dias atuais.

Tomarei como base estudos da antropologia, da sociologia e da história que ajudem a compreender questões relevantes ao dia a dia da Ocupação, abarcando temáticas de marcadores sociais da diferença, cidade, periferia e movimentos sociais, tais como Almeida (2002), Das e Poole (2004), Frúgoli Jr. (2005), Brah (2006), Bonetti (2007), Debbert e Gregori (2008), Holston (2013) e Aquino (2015).

Cronograma de desenvolvimento

CRONOGRAMA	Semestre 1	Semestre 2	Semestre 3	Semestre 4	Semestre 5
Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	
Disciplinas	X	X	X		
Trabalho de campo e coleta de depoimentos	X	X	X		
Elaboração do texto para a qualificação		X			
Exame de qualificação		X			
Organização e sistematização dos dados coletados			X		
Elaboração da dissertação			X	X	
Defesa da dissertação					X

Referências bibliográficas

ALBERT, Bruce. *'Ethnographic' situations and ethnic movements – notes on post-Malinowski fieldwork.* In: Critique of Anthropology, Volume 17, Number 1. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi. Sage Publications, 1997.

ALMEIDA, Heloísa Buarque; Costa, R. G.; Ramirez, M.C; Souza, E. *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.

ALMEIDA, Heloísa Buarque. *Famílias e relações de parentesco – contribuições antropológicas*. In. CARVALHO, José Sérgio (org.): Direitos Humanos e Educação para a Democracia, Vozes, 2004.

ALVAREZ, Sonia. *Feminismos latino-americanos*. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, vol. 6, no 2, 1998.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto no Centro (MSTC)*. São Paulo, dissertação de mestrado, PPGAS-USP, 2008.

_____. *A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo*. São Paulo, dissertação de doutorado, PPGAS-USP. 2015.

ARANTES, Paulo. *Depois de junho a paz será total*. In: *O novo tempo do mundo*. Boitempo Editorial. São Paulo, 2014.

BONETTI, Alinne de Lima. *Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político*. Cadernos Pagu, 2003.

_____. *Não basta ser mulher, tem de ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE*. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. Tese de Doutorado, 2007.

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu, n. 26. 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2015.

CALDEIRA, Teresa P. do R. *A política dos outros*. Brasiliense. São Paulo, 1984.

_____. *Inscrição e circulação - Novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo*. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 2012.

CARDOSO, Ruth. *Aventuras de antropólogos no campo ou como escapar das armadilhas do método.* In: CARDOSO, RUTH (org.) *A aventura antropológica*. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2004.

_____. *Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico*. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. (orgs.) *Sociedade e política no Brasil pós 64*. Brasiliense. São Paulo, 1984.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros, estrangeiros*. Brasiliense. São Paulo, 1985.

DAS, Veena. *Life and words – violence and the descent into the ordinary*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, California. 2007.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.*) Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. *Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.23, n.66, 2008.

DIAS DE ANDRADE, Inácio C. *Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto*. São Paulo, dissertação de mestrado, PPGAS-USP. 2010.

_____. *"A gente já nasce lutando": a desocupação do Pinheirinho, a política entre o formal e o informal*. Revista de Antropologia, vol. 56, n° 1, USP, São Paulo, 2013.

DURHAM, Eunice. *A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas.* In: CARDOSO, RUTH (org.) *A aventura antropológica*. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2004.

FELTRAN, Gabriel de S. *Desvelar a política na periferia – histórias de movimentos sociais em São Paulo*. Associação Editorial Humanitas. São Paulo, 2005.

_____. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo.* Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, 2008.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. UFRGS Editora, Porto Alegre, RS. 2000.

FRÚGOLI JR., Heitor. *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*. Revista de Antropologia. vol. 48, n. 1, Departamento de Antropologia da USP. São Paulo, 2005.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana.* Tradução Jeferson Camargo. Martins Fontes. São Paulo, 2014.

HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ZIZEK, Slavoj Et. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial. São Paulo, 2013.

HOLLOWAY, John. *Fissurar o capitalismo*. Tradução de Daniel Cunha. Publisher Brasil. São Paulo, 2013.

_____. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. Editora Viramundo. São Paulo, 2003.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, 1976.

ORTELLADO, Pablo; JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das*. Cadernos Pagu, n° 35. Campinas, 2010.

SCOTT, Joan W. *A invisibilidade da experiência*. Tradução de Lúcia Haddad, Projeto História, São Paulo, 1998. Original: *The evidence of experience*, Critical Inquiry, vol. 1, n 4, University of Chicago Press, 1991.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Argvmentvm. Belo Horizonte, 2010.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. *A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional.* Cadernos Pagu, n° 37. Campinas, 2011.

Vídeos:

MONCAU, Gabriela. *Mulheres da Esperança.* 16''12', Youtube, 2014. Disponível em https://youtu.be/I4K4xnCa74A (acesso em 25/9/2017).

MONCAU, Gabriela. *Ocupação Esperança pós incêndio – o que o fogo não queima.* 6''42', Youtube. 2016. Disponível em https://youtu.be/wfe7f7AfK_Q (acesso em 25/9/2017).

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. *Conversas metodológicas – Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran: Lugares e olhares na produção de saberes: periferias, conflito e criminalidade violenta na perspectiva etnográfica*. NEAB/UFSCar. Youtube, 2016. Disponível em https://youtu.be/nW_9A4lxEQ4 (acesso em 20/4/2018).